

Válter Kenji Ishida

PROCESSO PENAL



5ª Edição
Revista e atualizada

2017



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições *JusPODIVM*

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (*santibrando@gmail.com*)

Capa: Ana Caquetti

• A Editora *JusPODIVM* passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

179p Ishida, Válter Kenji.
 Processo penal / Válter Kenji Ishida – 5. ed. rev. atual. e ampl. – Salvador: JusPodivm,
 2017.
 592 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1061-1.

1. Direito processual penal. I. Ishida, Válter Kenji. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *JusPODIVM*.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *JusPODIVM*. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIações	27
1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	29
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus</i> = direito; <i>puniendi</i> : punição).....	29
1.2 A pena e o direito de liberdade	31
1.3 A lide penal.....	33
1.4 Conceito de processo.....	34
1.5 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	36
1.5.1 Relação com as demais ciências	37
1.6 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal	38
1.7 Autonomia do Direito Processual Penal.....	39
1.8 Fontes das normas processuais penais	40
1.9 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	44
1.9.1 Integração do processo penal	44
1.9.1.1 Analogia.....	45
1.9.2 Hermenêutica processual penal	46
1.9.3 Modalidades (formas) de interpretação	47
1.9.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	47
1.9.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo	48
1.9.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado	49
1.9.3.4 Interpretação analógica.....	52
1.9.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia)	52
1.10 Sistemas processuais penais.....	53
1.10.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	53

1.10.2 Sistema acusatório.....	54
1.10.3 Sistema misto.....	55
1.10.4 Processo penal brasileiro.....	56
2. NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	57
2.1 Conceito e classificações da norma processual penal.....	57
2.1.1 Elementos da norma processual penal.....	57
2.1.2 Espécies de normas processuais penais.....	59
2.2 Caracteres da norma processual penal.....	59
2.2.1 Norma processual penal no tempo.....	59
2.2.2 Norma processual no espaço.....	68
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.....	71
3.1 Conceito.....	71
3.2 A Constituição e o processo penal.....	71
3.3 Princípios processuais penais.....	73
3.4 Garantias constitucionais.....	81
4. INQUÉRITO POLICIAL.....	87
4.1 Persecução penal.....	87
4.1.1 Conceito de persecução.....	87
4.1.2 Polícia judiciária.....	90
4.2 Inquérito Policial.....	92
4.2.1 Finalidade do inquérito policial.....	93
4.2.2 Inquéritos extrapoliciais.....	93
4.2.3 Atribuição do inquérito policial.....	94
4.2.4 Dispensabilidade do inquérito policial.....	94
4.2.5 Natureza do inquérito policial (características).....	95
4.2.6 Incomunicabilidade do indiciado.....	98
4.2.7 <i>Notitia criminis</i>	98
4.2.8 Início do inquérito policial.....	100
4.2.8.1 Instauração por meio de requisição.....	100
4.2.8.2 Instauração por meio de requerimento.....	100
4.2.8.3 Portaria.....	101
4.2.8.4 <i>Delatio criminis</i>	101
4.2.8.5 Requisição do Ministro da Justiça.....	102

4.2.8.6	Inquérito policial nos crimes de ação penal privada.....	102
4.2.8.6-A	Investigação das pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função.....	102
4.2.8.7	Diligências no inquérito policial.....	104
4.2.8.8	Auto de prisão em flagrante	109
4.2.9	Prazos, relatório e pedido de diligências	110
4.2.10	Encerramento e o arquivamento do inquérito.....	111
5.	AÇÃO PENAL.....	117
5.1	Conceito de ação penal.....	117
5.2	Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade).....	119
5.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	120
5.2.2	Interesse de agir	120
5.2.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	121
5.2-A	Pressupostos processuais.....	122
5.3	Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional	122
5.4	Classificação subjetiva da ação penal.....	123
5.5	Ação penal pública incondicionada.....	123
5.5.1	Princípios da ação penal pública	123
5.6	Início da ação penal pública	125
5.7	Ação penal pública condicionada.....	128
5.7.1	Legitimidade para representação.....	129
5.7.2	Requisição do Ministro da Justiça.....	131
5.7.3	Ação penal pública subsidiária da pública	131
5.7.4	Ação penal popular.....	132
5.7.5	Ação penal secundária.....	132
5.7.6	Ação penal adesiva	132
5.8	Ação penal privada	133
5.8.1	Princípios	133
5.8.2	Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	135
5.8.3	Prazo para o exercício da ação penal privada.....	135
5.9	Forma de identificação da ação penal	136
5.10	Ação civil	136
6.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	139
6.1	Jurisdição.....	139

6.1.1	Elementos da jurisdição	140
6.1.2	Conteúdo da jurisdição.....	141
6.1.3	Princípios sobre a jurisdição (iurisdictio).....	141
6.1.3.1	<i>Ne procedat iudex ex officio</i> (princípio da iniciativa das partes).....	141
6.1.3.2	Correlação ou relatividade ou princípio da imutabilidade do pedido (<i>Ne procedat iudex ultra petita, extra petita et citra petita</i>).....	141
6.1.3.3	Indeclinabilidade da jurisdição.....	142
6.1.3.4	Indelegabilidade da jurisdição.....	143
6.1.3.5	Princípio da identidade física do juiz.....	143
6.1.3.6	Inevitabilidade e substitutividade da jurisdição	144
6.1.3.7	Juiz natural.....	144
6.1.4	Classificações	144
6.2	Competência	145
6.2.A	Competência material e competência funcional	145
6.2.B	Prorrogação, delegação e desaforamento.....	146
6.2.C	Definição da competência.....	147
6.2.D	Juízo comum, especial e subsidiário.....	148
6.2.E	Competência absoluta e relativa	148
6.2.1	Competência em razão do lugar da infração.....	149
6.2.2	Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, caput, do CPP)	150
6.2.3	Competência pela qualidade do delito (art. 74)	151
6.2.4	Competência por distribuição.....	155
6.2.5	Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	156
6.2.6	Competência em razão da prerrogativa de função	156
6.2.7	Conexão e continência	158
6.2.7.1	Conexão.....	160
6.2.7.1.1	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP)	160
6.2.7.1.2	Outras formas de conexão.....	162
6.2.7.2	Continência (art. 77, I e II, do CPP).....	165
6.2.7.3	Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP).....	167
6.2.7.4	União facultativa dos processos (art. 80 do CPP).....	173
6.2.7.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	173
6.2.7.6	Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	174
6.2.7.7	Conflito de competência	174

7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	177
7.1 Questões prejudiciais.....	177
7.1.1 Classificação.....	178
7.1.1.1 Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	178
7.1.1.2 Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	179
7.1.1.2.1 Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta).....	179
7.1.1.2.2 Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão).....	179
7.2 Exceções	180
7.2.1 Hipóteses de exceção	180
7.3 Restituição de coisas apreendidas.....	183
7.4 Medidas assecuratórias	185
7.4.1 Sequestro.....	186
7.4.1.1 Embargos ao sequestro.....	187
7.4.2 Especialização da hipoteca legal e arresto	187
7.4.2.1 A especialização da hipoteca legal	187
7.4.2.2 Arresto.....	188
7.5 Incidente de falsidade.....	189
7.6 Incidente de insanidade mental do acusado.....	190
8. PROVA	193
8.1 Teoria geral da prova. Conceito.....	193
8.2 Objetivo (escopo) da prova.....	194
8.3 Objeto	194
8.3.1 Fatos que independem de prova	195
8.3.2 Fatos que dependem de prova	197
8.3.3 Prova do direito (a lei)	198
8.3.4 Prova proibida.....	198
8.3.4.1 Provas ilícitas.....	199
8.3.4.2 Teoria dos frutos da árvore envenenada	203
8.3.4.3 A prova ilícita por derivação	204
8.3.4.4 Interceptação telefônica	208
8.3.4.5 Provas ilegítimas.....	211
8.3.5 Inviolabilidade do advogado	211
8.4 Classificação da prova quanto ao objeto	213

8.4.1 Direta ou histórica.....	213
8.4.2 Indireta ou crítica.....	213
8.5 Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	213
8.5.1 Prova plena.....	213
8.5.2 Prova não plena.....	214
8.6 Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa.....	214
8.6.1 Prova real (coisa).....	214
8.6.2 Prova pessoal.....	214
8.7 Classificação da prova quanto à forma ou aparência.....	214
8.7.1 Prova pessoal.....	214
8.7.2 Prova documental.....	214
8.7.3 Prova material.....	214
8.8 Meios de prova.....	215
8.8.1 Restrições aos meios de provas (arts. 155 e 158 do CPP) e produção de provas ilícitas ou ilegítimas.....	216
8.9 Ônus da prova (art. 156 do CPP).....	217
8.9.1 Conceito.....	217
8.9.2 Encargo do ônus da prova (<i>onus probandi</i> – incumbe a quem fizer – CPP, art. 156, 1ª parte).....	218
8.10 Procedimento probatório.....	219
8.11 Prova emprestada.....	219
8.12 Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”).....	220
8.13 Sistemas de apreciação.....	220
8.13.1 Sistema ordálio (ou da prova legal).....	220
8.13.2 Sistema da certeza moral do juiz (ou da íntima convicção).....	220
8.13.3 Sistema da certeza moral do legislador (ou sistema da prova legal).....	221
8.13.4 Sistema da livre convicção (ou do livre convencimento).....	221
8.14 Princípios gerais das provas.....	222
8.14.1 Princípio da autorresponsabilidade.....	222
8.14.2 Princípio da prova contraditória.....	222
8.14.3 Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	222
8.14.4 Princípio da oralidade.....	223
8.14.5 Princípio da concentração.....	223
8.14.6 Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX, da CF).....	223
8.14.7 Princípio do livre convencimento motivado.....	223
8.14.8 Princípio da busca da verdade real.....	224
8.15 Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP).....	224

8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	224
8.15.1.1	Conceito	224
8.15.1.2	Realização da perícia	225
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	225
8.15.1.3.1	Conceito.....	225
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses.....	227
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto.....	229
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto	229
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal ...	230
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito	231
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP).....	233
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	237
8.15.3-A	Delação premiada.....	240
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP)	243
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	245
8.15.6	Da prova testemunhal.....	247
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	256
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	257
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP).....	259
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP).....	260
9.	SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....	265
9.1	Processo e procedimento	265
9.2	Sujeitos principais e secundários.....	266
9.3	Juiz	267
9.4	Partes no processo penal.....	272
9.5	Ministério Público.....	274
9.6	O acusado.....	277
9.7	Defensor.....	279
9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova	281
10.	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA)	285
10.1	Processo cautelar.....	285

10.1-A Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar.....	288
10.1.1 Conceito de prisão	302
10.1.2 Espécies.....	303
10.1.3 Prisão em flagrante.....	310
10.1.3.1 Conceito.....	310
10.1.3.2 Espécies de flagrante (art. 302 do CPP).....	312
10.1.3.3 Flagrante preparado.....	314
10.1.3.4 Flagrante esperado	314
10.1.3.5 Flagrante diferido ou flagrante da Lei nº 9.034/95 (art. 2º, II).....	314
10.1.3.6 Flagrante forjado ou fabricado	315
10.1.3.7 Flagrante nos crimes habituais, permanentes, nas infrações de menor potencial ofensivo e no caso de violência doméstica contra a mulher	315
10.1.3.8 Auto de prisão em flagrante	316
10.1.4 Prisão preventiva.....	318
10.1.5 Prisão temporária.....	322
10.1.6 Prisão por decisão de pronúncia	323
10.1.7 Prisão por força de sentença condenatória recorrível.....	324
10.1.8 Prisão após o julgamento da apelação.....	326
10.2 Liberdade provisória com ou sem fiança.....	326
10.2.1 Crimes com a fiança dispensada.....	327
10.2.2 Crimes com arbitramento de fiança	327
10.2.3 Crimes inafiançáveis.....	328
11. ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	331
11.1 Atos processuais – noções	331
11.2 Citação (arts. 351 a 369 do CPP).....	339
11.2.1 Conceito.....	339
11.2.2 Modalidades.....	340
11.2.2.1 Citação real e citação ficta.....	340
11.2.2.2 Citação por mandado (do próprio juízo).....	343
11.2.2.3 Citação por carta precatória.....	344
11.2.2.4 Citação por carta rogatória.....	344
11.2.2.5 Efeitos da citação.....	345
11.3 Intimações.....	346
11.3.1 Intimação pessoal	347

11.4 Revelia	349
11.4.1 Revelia no plenário do júri (art. 457 do CPP).....	350
11.5 Outros aspectos dos atos processuais.....	350
12. PROCEDIMENTOS.....	355
12.1 Introdução	355
12.2 Procedimento ordinário	361
12.2.1 Anotações ao procedimento em geral	362
12.2.1.1 Atos processuais do procedimento ordinário.....	363
12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP)	375
12.3.1 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP)	377
12.4 Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	380
12.4.1 Procedimento do júri.....	381
12.4.2 Procedimento dos crimes falimentares.....	404
12.4.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518, do CPP)	406
12.4.4 Crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	408
12.4.5 Propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	411
12.5 Procedimentos previstos na legislação especial.....	413
12.5.1 Tóxicos.....	413
12.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP).....	414
12.7 Processo de competência dos tribunais	415
13. SENTENÇA.....	419
13.1 Teoria geral da sentença	419
13.1.1 Classificação dos atos judiciais	419
13.1.2 Requisitos formais da sentença	422
13.1.3 Sentença absolutória.....	424
13.1.4 Sentença condenatória.....	428
13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação)	432
13.1.5.1 <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP)	432
13.1.5.2 <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP)	436
13.1.6 Pedido de absolvição do MP	440
13.1.7 Sentença terminativa de mérito.....	440
13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial.....	441

13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias.....	441
13.1.10 Absolvição sumária do art. 397 do CPP	442
13.1.11 Reparação ex delicto	442
13.1.12 Publicação da sentença	445
13.2 Coisa julgada.....	449
14. RECURSOS	453
14.1 Teoria geral dos recursos	453
14.2 Recurso em sentido estrito (Rese)	470
14.3 Apelação	478
14.4 Protesto por novo júri (revogado pela Lei nº 11.689/2008)	485
14.5 Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios.....	486
14.5.1 Embargos infringentes e de nulidade.....	486
14.5.2 Embargos de declaração.	487
14.6 Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP).....	488
14.7 Correição parcial	489
14.8 Recurso especial	489
14.9 Recurso extraordinário.....	496
14.10 Recurso ordinário constitucional (ROC)	500
14.10-A Agravo regimental	501
14.10-B Reclamação.....	501
14.11 Ações de impugnação.....	502
14.11.1 Revisão criminal	503
14.11.2 Habeas corpus	506
14.11.3 Mandado de segurança criminal.....	515
15. NULIDADES	523
15.1 Introdução.....	523
15.2 Nulidade e relação processual	524
15.2.1 Pressupostos de existência da relação jurídica	524
15.2.2 Pressupostos de validade da relação jurídica.....	525
15.2.3 Condições da ação ou condições de procedibilidade.....	525
15.2.4 Atos processuais.....	526
15.3 Conceito de nulidade	527

15.3.1 Natureza jurídica.....	527
15.4 Sistema de nulidades.....	528
15.5 Classificação dos atos processuais.....	530
15.5.1 Ato inexistente.....	530
15.5.2 Ato nulo.....	532
15.5.2.1 Nulidade absoluta e relativa.....	532
15.5.3 Ato anulável.....	534
15.5.4 Ato irregular.....	534
15.5.5 Classificação segundo a jurisprudência (prática).....	535
15.5.6 Hipótese.....	535
15.5.6.1 Carta precatória.....	535
15.6 Inadmissibilidade da <i>revisio pro societate</i>	536
15.7 Momento de arguição e preclusão.....	536
15.8 O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	536
15.8.1 Aplicação do princípio na hipótese de inversão da ordem de realização das provas.....	537
15.9 Nulidades em espécie (art. 564 do CPP).....	538
15.9.1 A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	538
15.9.2 A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP).....	540
15.9.3 Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP).....	541
15.10 Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição.....	552
15.11 Saneamento e efeitos.....	554
16. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	557
16.1 Escopo da execução penal.....	557
16.2 Requisitos para a execução da pena.....	557
16.3 Natureza do processo de execução.....	559
16.4 Princípios do processo de execução penal.....	559
16.4.1 Princípio da legalidade.....	560
16.4.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	560
16.4.3 Princípio da individualização da pena.....	560
16.4.4 Princípio da isonomia.....	561
16.4.5 Princípio da personalização da pena.....	561
16.4.6 Princípio reeducativo.....	561
16.4.7 Princípio da publicidade.....	561
16.5 Competência da execução penal.....	561

16.6 Direitos garantidos na execução da pena.....	562
16.7 Suspensão dos direitos políticos.....	562
16.8 Cumprimento da pena privativa de liberdade.....	563
16.9 Guia de recolhimento.....	563
16.10 Regime de pena e progressão.....	564
16.10.1 Prisão albergue domiciliar.....	572
16.10.2 Regressão de regime.....	573
16.10.3 Regime disciplinar diferenciado.....	574
16.10.4 Autorização de saída.....	574
16.10.5 Remição.....	575
16.10.6 Detração.....	577
16.10.7 Penas restritivas de direito.....	579
16.10.8 Multa.....	580
16.10.9 Medidas de segurança.....	581
16.10.10 Incidentes da execução.....	582
16.10.11 Agravo em execução.....	584
16.10.12 Assistência jurídica pela Defensoria.....	585
BIBLIOGRAFIA.....	587